

GRAMPO BAIANO

Senador não comparece ao Conselho de Ética para depor sobre suposto envolvimento em escutas telefônicas na Bahia. Na terça-feira, relator da sindicância que apura o caso decide se pede ou não punição para o pefelista

ACM envia defesa por escrito

RODRIGO RANGEL

DA EQUIPE DO CORREIO

Prevaleceu a orientação do PFL, de advogados e de outros aliados. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) não foi ao Conselho de Ética do Senado ontem, conforme ele próprio havia marcado, para se defender das acusações de que comandou o megasquema de grampos na Bahia. A defesa de ACM foi apresentada por escrito por seu advogado, José Gerardo Grossi, em 31 páginas, mais algumas dezenas de anexos. Se os argumentos vão surtir efeito, a resposta virá só na próxima terça-feira, quando o Conselho decide se pede ou não punição para o senador.

O suspense em torno da presença do cacique baiano foi mantido até uma hora antes da sessão do Conselho, marcada para as 17h. O próprio ACM, que esteve no Senado durante todo o dia, tratava de esconder o jogo. "Ainda não decidi. Estou ouvindo também meus colegas, sobretudo

do do meu partido. Às vezes, penso que devo ir, outras vezes, sou aconselhado a não ir, de modo que o que eu vou dizer, indo ou não, estará no meu depoimento", disse o senador ao **Correio**.

Às 16h10, Grossi saiu do gabinete de ACM com dois volumes de documentos e a resposta para a questão. "Vai ser por escrito", informou, enquanto caminhava para os gabinetes dos senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), presidente do Conselho de Ética, e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), relator da sindicância aberta para apurar o envolvimento de ACM com o esquema de arapongagem.

Na sessão, à qual estavam presentes 14 dos 15 titulares do Conselho e mais sete suplentes, a ausência de ACM deu margem a discussões sobre o prosseguimento da sindicância. Mesquita disse que a defesa por escrito era suficiente para a conclusão do parecer em que ele pode sugerir a abertura de processo contra ACM por quebra de decoro parlamentar.

Antes de iniciar a sessão, Mesquita já havia lido a defesa de

Ailton de Freitas/O Globo



ANTONIO CARLOS MAGALHÃES MANTEVE ATÉ A ÚLTIMA HORA MISTÉRIO SOBRE SEU COMPARECIMENTO À SESSÃO DO CONSELHO. NO FINAL, PREFERIU NÃO IR DEPOR

ACM: "Estou preparado para me recolher, concluir o relatório e colocá-lo à disposição do Conselho a partir do próximo dia 22." A senadora Heloísa Helena (PT-AL) propôs ampliar o prazo até a conclusão do relatório, para que os integrantes do Conselho pudessem enviar perguntas a ACM.

"Ele (Antonio Carlos Magalhães) teve a oportunidade de vir aqui e não compareceu. Eu me dou ao direito de, havendo lacunas, concluir por essa ou aquela razão", respondeu o relator, ao

defender a conclusão da sindicância e a apresentação do relatório na terça. As duas propostas foram à votação e venceu a de Mesquita, por 12 votos a dois.

Pela prorrogação da sindicância, votaram apenas Heloísa Helena e o senador Demóstenes Torres (GO), pefelista como ACM. Torres teme que as conclusões "próprias" que o relator vai tirar de situações não esclarecidas na defesa escrita prejudiquem o cacique baiano. Já a senadora desconfia que esteja em curso uma

"operação-abafa" para livrar ACM da cassação.

A decisão do Conselho ainda terá de passar pela Mesa Diretora do Senado, onde o senador baiano teria cinco dos sete votos. Ao final da reunião, o relator da sindicância fazia mistério sobre o teor de seu parecer: "Tenho dois cenários, a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar ou o arquivamento. Até terça, vou fazer uma reflexão profunda para escolher qual caminho vou tomar."

“VOU FAZER UMA REFLEXÃO PARA ESCOLHER QUAL CAMINHO TOMAR”

Deputado Geraldo Mesquita Júnior, relator da sindicância que apura o caso